



82  
8/

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0131623-84.1996.8.17.0001 (259335-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : WALTER MARON DE CERQUEIRA Y COSTA  
AGRAVADO : SÃO MATEUS TURISMO E REFEIÇÕES LTDA  
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA DE ANDRADA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ICMS. TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. SÚMULA Nº 166 DO STJ.

I - Restando acostados oportunamente todos os documentos exigidos pelos arts. 283 e 236 do CPC, não há falar em extinção, sem resolução de mérito, dos embargos à execução fiscal.

II - A simples transferência de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, mesmo que localizados em estados-membros distintos, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, uma vez que, para a ocorrência do fato gerador desta exação, faz-se mister a circulação jurídica do bem, somente verificada com a transferência da propriedade.

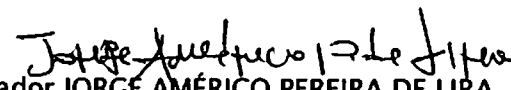
III - A propósito, enuncia a Súmula nº 166 do Superior Tribunal de Justiça: "*Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte*".

IV - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 1º de JULHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0131623-84.1996.8.17.0001 (259335-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : WALTER MARON DE CERQUEIRA Y COSTA  
AGRAVADO : SÃO MATEUS TURISMO E REFEIÇÕES LTDA  
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA DE ANDRADA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso de Agravo Legal interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO em face de SÃO MATEUS TURISMO E REFEIÇÕES LTDA, cujo objetivo consiste na reforma da decisão monocrática proferida, nos autos da Apelação Cível nº 259335-3.

2. A Sociedade ora apelada, em combate à execução fiscal proposta pela Fazenda Pública Estadual, apresentou embargos, nos quais, em síntese, sustentou a extinção da referida ação exacional, uma vez que, de acordo com os Tribunais Superiores pátrios, não há falar em incidência do ICMS sobre o simples deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes a mesma pessoa jurídica, ainda que localizados em entes estaduais diversos.

3. Às fls. 20/21, foi proferida sentença, cujo trecho dispositivo abaixo se transcreve:

*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os presentes Embargos a Execução, na forma do art. 269, I do CPC, DETERMINANDO a EXTINÇÃO da execução fiscal de nº 001.1996.086484-0, na forma do art. 267, IV do CPC, em razão de inexistir o crédito fiscal executado.*

*Condeno a Fazenda Pública ao pagamento de honorários do advogado, que arbitro em R\$2.000,00 (dois mil reais) com fundamento no art. 20, §4º do CPC.*

4. Irresignado, interpôs o Estado de Pernambuco recurso de Apelação, o qual teve seu seguimento negado por meio de decisão prolatada com esteio no permissivo contido no art. 557, *caput*, do Código de Ritos (cf. fls. 49/53).

5. Ato contínuo, a Fazenda Estadual ingressou com o presente recurso de Agravo Legal, no qual, defende: i) a extinção dos embargos à execução sem resolução de mérito, em razão da ausência de documento indispensável à sua propositura; e ii) a legalidade da cobrança da exação em evidência sobre o deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos que, embora

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



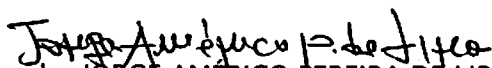
84  
W

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

pertencentes a mesma empresa, estejam situados em unidades diversas da Federação.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia

Recife, 1º de JULHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



BS  
d

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0131623-84.1996.8.17.0001 (259335-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : WALTER MARON DE CERQUEIRA Y COSTA  
AGRAVADO : SÃO MATEUS TURISMO E REFEIÇÕES LTDA  
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA DE ANDRADA  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ICMS. TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. SÚMULA Nº 166 DO STJ.

I - Restando acostados oportunamente todos os documentos exigidos pelos arts. 283 e 236 do CPC, não há falar em extinção, sem resolução de mérito, dos embargos à execução fiscal.

II - A simples transferência de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, mesmo que localizados em estados-membros distintos, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, uma vez que, para a ocorrência do fato gerador desta exação, faz-se mister a circulação jurídica do bem, somente verificada com a transferência da propriedade.

III - A propósito, enuncia a Súmula nº 166 do Superior Tribunal de Justiça: *"Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte"*.

IV - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante as razões coligidas pelo Estado agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência do STJ.

2. De proêmio, rejeito a preliminar sustentada pelo recorrente, uma vez que já foram acostados oportunamente aos embargos à execução em destaque documentos indispensáveis ao seu ajuizamento, conforme dispostos no art. 283 c/c art. 736, parágrafo único, do CPC.

3. Passando-se ao mérito do presente feito, observa-se que o seu cerne reside na incidência - ou não - do ICMS sobre o deslocamento de mercadorias

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

B6  
H

entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, quando situados em estados federados distintos.

4. Assentou-se, em meio as Corte Superiores pátrias, o entendimento segundo o qual a simples transferência de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, por si só, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, uma vez que, para a ocorrência do fato gerador desta exação, faz-se mister a circulação jurídica do bem, somente verificada com a transferência da propriedade.

Acerca do tema, oportuna se mostra a transcrição do Enunciado nº 166 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 166 do STJ

*"Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte".*

5. Impende ainda destacar, por oportuno, que é desnecessário, para adoção do referido entendimento, o fato dos estabelecimentos se situarem num mesmo ente federado.

De fato, também se mostra pacífica a jurisprudência no sentido de que o deslocamento de bens de um estabelecimento para outro, ainda que situados em estados diversos, não constitui hipótese de incidência de ICMS, desde que pertencente ao mesmo titular.

Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados da col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional – STJ:

**TRIBUTÁRIO – ICMS – TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS DA MESMA EMPRESA – NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR – PRECEDENTES.**

1. A transferência de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS, já que para a ocorrência do fato gerador deste tributo é essencial a circulação jurídica da mercadoria com a transferência da propriedade.

2. Incidência da Súmula 166/STJ, que determina: "não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte".

3. Precedentes: AgRg no Ag 1.068.651/SC, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 5.3.2009, DJe 2.4.2009; REsp 772.891/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 15.3.2007, DJ 26.4.2007, p. 219. Agravo regimental improvido.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



37/2

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

(STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.127.106/RJ, rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17/05/2010).

*TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. TRANSFERÊNCIA DE BENS DO ATIVO FIXO ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR (FILIAL E MATRIZ). NÃO-CONSTITUIÇÃO DO FATO GERADOR. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 166, DO CTN. PROVA DA NÃO REPERCUSSÃO DO ENCARGO FINANCEIRO. INEXISTÊNCIA. COMPENSAÇÃO NA ESCRITAFISCAL REGULADA POR LEGISLAÇÃO LOCAL. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE DA FAZENDA ESTADUAL AO CREDITAMENTO EFETUADO PELO CONTRIBUINTE. ACÓRDÃO CALCADO EM INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. APLICAÇÃO.*

*1. A configuração da hipótese de incidência do ICMS sobre realização de operações relativas à circulação de mercadorias, reclama a ocorrência de ato de mercancia, vale dizer, a venda da mercadoria (Precedentes: AgRg no REsp 601140/MG, Primeira Turma, DJ de 10.04.2006; AgRg no Ag 642229/MG, desta relatoria, Primeira Turma, DJ de 26.09.2005; e REsp 659569/RS, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 09.05.2005).*

*2. Deveras, consoante abalizada doutrina, 'tal circulação só pode ser jurídica (e, não, meramente física)', a qual pressupõe 'a transferência (de uma pessoa para outra) da posse ou da propriedade da mercadoria' (Roque Antônio Carraza, in ICMS, 9ª Ed., Malheiros Editores, 2003, São Paulo, pág. 36). Desta sorte, inexistindo mudança da titularidade da mercadoria, a tributação pelo ICMS inoccorre.*

*3. A jurisprudência cristalizada no âmbito do STJ é no sentido de que 'não constitui fato gerador de ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte' (Súmula 166), restando assente, em diversos julgados, a irrelevância dos estabelecimentos situarem-se em Estados distintos (Precedentes do STJ: AgRg no REsp 601140/MG, Primeira Turma, publicado no DJ de 10.04.2006; REsp 659569/RS, Segunda Turma, publicado no DJ de 09.05.2005; AgRg no Ag 287132/MG, Primeira Turma, publicado no DJ de 18.12.2000; e REsp 121738/RJ, Primeira Turma, publicado no DJ de 01.09.1997).*

*4. In casu, os autos retratam hipótese de transferência interestadual de bens do ativo fixo e de materiais de uso e consumo da filial da empresa, situada no Estado do Rio de Janeiro, para sua sede localizada na Zona Franca de Manaus (saída da filial e entrada na matriz), fato que refoge à regra-matriz de incidência do ICMS, razão pela qual não merece prosperar a pretensão recursal fazendária, no particular.*

*6. Recurso especial desprovido.*

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

(STJ, REsp 772.891/RJ, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 26/04/2007).

**TRIBUTÁRIO. ICMS - TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO. MULTA. LEI MAIS BENÉFICA. ESTADOS DIVERSOS. SÚMULA 166/STJ. APLICAÇÃO DA TR. LEI Nº 8.177/91.**

1. *Esta Corte tem entendimento já pacificado acerca da aplicação dos efeitos retroativos de lei mais benéfica, quando ainda não definitivamente julgado o ato, a teor do artigo 106, inciso II, alínea "c", do Código Tributário Nacional. Precedentes jurisprudenciais.*

2. *A Súmula 166 do STJ consagrou a tese de que não constitui fato gerador de ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.*

3. *"Os índices de junho e julho de 1990 e de março de 1991 devem adequar-se ao posicionamento adotado na Suprema Corte para os meses em que vigoraram os 'Planos Collor I e II'. Assim, devem ser observados o BTNF para junho e julho/90 e a TR para o mês de março/91" (STJ - 1ª Seção, REsp n.º 282.201/AL, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 29.09.2003).*

4. *Recursos especiais do Estado do Rio Grande do Sul improvidos. Recurso Especial de Eicon - Refrigeração Ltda. provido*

(STJ, REsp 659.569/RS, rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 09/05/2005).

**TRIBUTÁRIO. ICMS. TRANSFERENCIA DE BENS. FATO GERADOR.**

1. *O DESLOCAMENTO DE BENS DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO, PERTENCENTE AO MESMO TITULAR, AINDA QUE SITUADO EM ESTADO DIVERSO, NÃO GERA HIPOTESE DE INCIDENCIA DE ICMS, ISTO PORQUE PARA QUE OCORRA O FATO GERADOR DO MESMO, E IMPRESCINDIVEL QUE HAJA A VENDA DA MERCADORIA.*

2. **PRECEDENTES.**

3. **RECURSO PROVIDO**

(STJ, REsp. 121.738/RJ, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 01/09/1997).

6. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 1º de JULHO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator